

Série História da Arqueologia
Uma História da Arqueologia Brasileira por Quem a viveu.

PRONAPA – A Metodologia da Pesquisa do PRONAPA na organização das pesquisas de campo brasileiras.

Entrevistado – Prof. Dr. Ondemar Dias (IAB)

Fevereiro de 2015

Por Jandira Neto (Arqueóloga Especialista - IAB)

Preâmbulo - Há um ano iniciamos esta Série focalizando o que foi o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA e suas principais consequências históricas para a arqueologia brasileira. No entanto, antes de continuarmos as entrevistas de cunho histórico pensamos ser conveniente aprofundarmos um pouco mais o tema.

Pergunta – Quais os resultados da Metodologia da Pesquisa Arqueológica de Campo utilizadas pelo PRONAPA para a organização das pesquisas de campo do IAB?

Conforme já discutimos na oportunidade anterior, sem dúvida a experiência adquirida nos cinco anos do PRONAPA foi de fundamental importância para a organização da pesquisa arqueológica do IAB. No entanto, o esquema operacional desenvolvido a partir da década de sessenta do século passado foi também inspirado na influência da escola francesa representada por Annette Emperaire. O que o PRONAPA nos permitiu foi a oportunidade de experienciar as metodologias propostas, tanto em campo quanto em laboratório e fundi-las naquilo em que se completam hoje no IAB.

Em suas aulas o senhor diz: “*Todos da equipe que vão ao Campo devem escavar o sítio arqueológico*”. Este é algum um princípio desenvolvido por aquele Programa?

Sem dúvida que sim, sobretudo porque as verbas eram restritas (muito ao contrário do que imaginam alguns “analistas” mal informados) e não havia espaço para observadores descansados. O mesmo princípio defenderam todos os que criaram as escolas que formaram a arqueologia brasileira. Esta postura do arqueólogo só observar de longe ou de perto o trabalho executado por outros é coisa recente, muito valorizada hoje na arqueologia de contrato, em especial nos monitoramentos arqueológicos. A experiência do arqueólogo só pode ser adquirida pela prática de campo, ele mesmo em contato direto com o seu objeto de trabalho. Imagine um médico cirurgião “aprender a operar” somente observando os outros “abrirem o paciente”.

Quais as diferenças entre o Arqueólogo principal (sênior) e outros arqueólogos?

Arqueólogo é arqueólogo, as diferenças estão nas funções que este precisa desempenhar no exercício da profissão. Em especial, nas áreas em que precisa se dedicar em cada projeto, seja fazer o Planejamento, estar no Campo, no Laboratório, Interpretar e escrever sobre o sítio ou fazer a Divulgação Científica (Educação Patrimonial).

Quais as competências do arqueólogo principal (sênior) numa equipe de pesquisas?

Ainda que na dependência dos objetivos da pesquisa, o detalhamento das atividades possa variar, há um núcleo central que compete ao arqueólogo principal desenvolver, e tal núcleo corresponde a dois setores principais: Planejamento Administrativo e Planejamento Técnico científico. Ele pode repartir essas funções com auxiliares ou com colegas da mesma categoria, objetivando a eficiência da pesquisa, desde que, afinal de contas, a pesquisa arqueológica é sempre uma tarefa de equipe.

Pode explicitar melhor como funcionam os setores que compõe este núcleo da pesquisa?

No Planejamento Administrativo compete ao arqueólogo (que pode acumular ou dividir suas funções com um coordenador ou gerente de projetos): Organizar o desenvolvimento da pesquisa no que tange a obtenção de recursos e cronogramas para sua realização (escopo, custos, prazos e controle de cronogramas), assim como cuidar dos contratos com os patrocinadores, de contratação de pessoal, logística de campo etc. Fazer o Planejamento Técnico – Científico é na verdade o “filé mignon” do trabalho, pois é desenvolver o Projeto de pesquisa, é obter a Portaria do Iphan em seu nome, é implantar as diretrizes da pesquisa no Campo, é analisar cada achado no laboratório, fazer hipóteses e interpretações, apresentar os resultados nos congressos, escrever um livro.

A parte não tão boa é a enorme responsabilidade que recai sobre seus ombros, pois é claro que mesmo podendo (e devendo) dividir tarefas com outras pessoas, Ele e somente Ele é o responsável perante os órgãos de fiscalização e de patrocínio. Sobre Ele recaem todas as conseqüências boas e más da execução do que, afinal, propôs como metas a serem alcançadas.

Só o Arqueólogo sênior pode obter Portaria de Permissão para Pesquisa no IPHAN?

Normalmente a Portaria de autorização do IPHAN é emitida em nome do Arqueólogo principal, mas em alguns casos ele a compartilha com um

colaborador de confiança, ou colega de Projeto. De qualquer forma Ele é sempre o responsável por todo o Procedimento da Pesquisa, seja no campo, no laboratório na educação patrimonial ou na prestação de contas.

E embora também existam variáveis, como por exemplo, ter outro Arqueólogo como responsável pelo Campo, normalmente (no caso do IAB) cabe a Ele instalar a pesquisa de Campo no conjunto de funções. Decidir sobre os profissionais dentro do campo (quem vai fazer o que, onde vai ficar o que, quem cuida do que e de quem); proceder à demarcação do sitio (dirigir a topografia para setorização do sitio), iniciar as prospecções; analisar o perfil das sondagens e o material resgatado, assim como as áreas mais promissoras para dirigir a melhor abordagem para a escavação. Ele também é o responsável pela documentação, providenciando o registro fotográfico da pesquisa (todo o resgate carece de ser registrado fotograficamente e desenhado se necessário em planos de topo, tendo por objetivo a melhor reprodução possível antes de a coleta ser feita). Direta ou indiretamente cabe-lhe produzir a documentação sobre a pesquisa – anotar todo o processo de resgate (lembrar que esta destruindo o sitio e sua tarefa é reconstruí-lo no papel e na memória dos que lerem o seu relatório apresentado à coordenação, ao patrocinador, ao IPHAN a sociedade, enfim); fazer sejam preenchidas as fichas de campo (se não o fizer pessoalmente tem a obrigação de conferi-las diariamente), ler o diário de Campo da Equipe e preencher a Ficha de Registro do Sitio para o IPHAN em pormenores.

Tais tarefas mesmo que executadas todas por Ele ou em seu nome por um Arqueólogo de Campo de sua confiança e que com ele divide as responsabilidades em caráter interno, tem que partir de regras estabelecidas desde o inicio da organização da pesquisa e deve constar, mesmo que de forma geral, no planejamento da mesma e na documentação enviada ao IPHAN.

E o que devem fazer os demais arqueólogos, caso existam na equipe ou os técnicos em arqueologia?

Bem, algumas equipes (em especial em pesquisas acadêmicas) são compostas somente por arqueólogos que dividem funções e trabalhadores de serviço geral. Não é o caso do IAB, de forma que daqui em diante vamos visualizar os esquemas operacionais típicos da nossa instituição, esquemas estes desenvolvidos desde a época do PRONAPA e enriquecidos por toda a extensa e profunda experiência desenvolvida durante as décadas de pesquisa institucional.

Além do arqueólogo Sênior cujas funções acabei de descrever acima a equipe pode incluir um Arqueólogo Pleno, isto é, suficientemente experiente para dirigir a equipe no campo, mas que na oportunidade está abaixo, hierarquicamente do arqueólogo principal. Além dele, um (ou mais) Arqueólogo Júnior, ou seja, pesquisador recém formado ou recém pós graduado ainda iniciante que pode assumir tarefas específicas tanto no campo quanto no laboratório, onde precisa praticar para desenvolver as habilidades de conhecer e liderar uma pesquisa no futuro. Temos ainda excelentes Técnicos em

Arqueologia, neste caso, profissionais experientes, de formação universitária variada, mas sem especialização em arqueologia.

Compete-lhes, de uma forma geral, prestar assistência ao Arqueólogo Sênior ou ao Arqueólogo Pleno seu representante de campo. São suas tarefas cuidar ou se responsabilizar pela logística da pesquisa no campo ou no laboratório, pelo controle do material operacional, pelo registro dos trabalhos (diário de campo, por exemplo, desde que toda a memória da pesquisa deve ficar registrada em caderno ou por via digital, observando e controlando também o preenchimento das fichas de campo). São também os encarregados da distribuição, recolhimento e conferência das mochilas de ferramentas, da água e da alimentação de toda a equipe; a eles competindo também às tarefas do escritório de campo, do controle e distribuição dos sacos plásticos, etiquetas, fichas de campo etc. Fiscalizam o correto preenchimento das mesmas fichas e a colocação das etiquetas identificadoras junto a embalagem do material coletado. São igualmente responsáveis pelo(s) veículo(s) da equipe (dirigindo ou dividindo sua condução com o arqueólogo de campo).

O que fazem os Auxiliares Técnicos em arqueologia nas equipes de campo do IAB?

Os auxiliares técnicos normalmente são trabalhadores cuja experiência nos trabalhos de campo permite-lhes, mesmo sem formação universitária desenvolver funções de importância maior nas equipes. São executores treinados nas tarefas de Logística de campo.

Todos estes participantes da equipe até aqui descritos devem participar da escavação do sítio. Aliás, devem ser os primeiros a descer nos cortes, a verificar a solidez, a composição e a sedimentação do terreno, a examinar a distribuição do material e formular todas as orientações da pesquisa.

Mas aos auxiliares técnicos compete a principal tarefa de conduzir a escavação orientada pelo arqueólogo de forma sistemática. São eles que pela sua experiência conduzem os trabalhadores gerais, (contratados para o projeto ou, em especial, os cedidos pelas empresas para as tarefas da escavação na prática) no dia a dia, hora a hora. Dependendo de seus talentos pessoais também se lhes pode atribuir o encargo de responsáveis pela distribuição, recolhimento e conferência das mochilas de ferramentas, da água e da alimentação de toda a equipe; podem também ser encarregados da distribuição do material de escritório, dos sacos plásticos, etiquetas, fichas de campo etc.

Se experientes podem ser responsabilizados até pelo preenchimento de fichas e de etiquetas; pelo recolhimento de todo o material coletado e pela verificação se todo ele se encontra devidamente identificado. Normalmente são designados como responsáveis pela limpeza do veículo da equipe.

E sobrou alguma coisa para os auxiliares de serviço geral no campo fazerem?

Este pessoal, que tem sido recomendado seja contratado entre a população do local da pesquisa, ou cedidos pelos empreendedores, constituindo tal prática uma das formas de incluí-la nas pesquisas, até mesmo pela normal falta de experiência ficam encarregados de uma extensa série de trabalhos menos complexos. Mesmo que a maioria se disperse uma vez concluída a abordagem de campo, alguns se interessam e se inserem de fato nas equipes e temos casos de auxiliares que nos acompanham em outros projetos, em diferentes locais e em épocas posteriores.

Mas de uma forma geral cabe-lhes carregar e descarregar o veículo, fazer o desmatamento (quando necessário) e a limpeza da área da pesquisa, montar as barracas e o acampamento, ajudar a abrir o solo dos setores junto com o auxiliar técnico e o arqueólogo, carregar baldes, carrinhos e peneirar o solo escavado. Em alguns casos, com a experiência de campo, podem até ser introduzidos nas escavações, auxiliar na triagem do material coletado e nas demais tarefas da escavação.

O importante é sublinhar que a equipe é formada por pesquisadores diversos que compartilham um trabalho significativo e que só pode ser executado em equipe. Todos são importantes e a falha de uns pode ocasionar falhas de muitos, assim como a atenção de poucos pode resultar nos bons resultados de todos.

A equipe de arqueologia está completa. Mas ela pode incluir especialistas de outras áreas. Ao longo das pesquisas do Instituto, desde o PRONAPA, quais foram as principais aquisições para a arqueologia?

Na verdade a equipe do PRONAPA era muito reduzida, apta a cobrir longas distâncias e em pouco tempo. Mas com os demais Programas desenvolvidos posteriormente por nós, as equipes cresceram cada vez mais, nelas se agregando especialistas de outras áreas, sendo que alguns dos nossos pesquisadores, por seu lado, foram igualmente se especializando em áreas e tarefas afins e complementares. Destaque fica para a antropologia biológica, em que se especializou a Dra. Lilia Cheuiche, de fundamental importância fosse para a sistematização da coleta em campo, fosse para a interpretação dos dados em laboratório. Estes especialistas nem sempre faziam ou fazem parte efetiva da equipe, podendo se agregar às mesmas segundo suas necessidades, em especial ocupando funções em que não possuímos arqueólogos com tais especialidades. Podemos também citar profissionais de topografia, fotografia e desenhistas, que, por exemplo, colaboraram em casos mais específicos ou em tarefas de maior profundidade, desde que em nossa equipe arqueólogos geralmente desenvolvem a contendo estas funções. Mas sempre que necessário se incluem outros especialistas, como geógrafos, geomorfólogos, antropólogos, paleontólogos, especialistas em saúde pública ou paleogeneticistas, ou ainda engenheiros, arquitetos, designers, educadores etc.

Destaque-se, que a partir do século XXI, a inclusão obrigatória de arqueólogos especialistas (ou de educadores e técnicos nestas tarefas), dedicados à educação patrimonial e aos estudos de patrimônio imaterial tem sido uma constante.

Tendo visto como se organizam as equipes do IAB, podemos agora conversar um pouco sobre a dinâmica das pesquisas, de forma mais completa do que aquela da primeira entrevista? Algo assim como pode ser desenvolvido um protocolo para pesquisas?

Sim, claro.

Conforme foi tratado na primeira entrevista as pesquisas arqueológicas podem ser extensivas, intensivas ou desenvolvidas de forma conjunta, mesclando ambas. Para começarmos, como se pode caracterizar a pesquisa extensiva?

Bem já discutimos que a pesquisa extensiva tem seus objetivos específicos, mas na verdade em seus aspectos gerais as equipes encarregadas de executá-las pouco se diferenciam das demais.

- Como de praxe devem ser providenciadas as instalações mais confortáveis (dentro do possível e das disponibilidades financeiras e locais);
- Em termos de alimentação (comidas leves e muita água)
- Proteção (barracas, filtro solar, chapéus, calças, botas e mangas compridas);
- Equipamentos de Proteção (EPI)- luvas, óculos, capacetes, perneiras;
- E para o deslocamento, carro(s) seguro(s) para transporte de pessoas e ferramentas.

Os procedimentos (passo a passo) da pesquisa extensiva como podem ser sumarizados?

Entende-se que a pesquisa extensiva ou prospecção acadêmica, dentro dos seus objetivos deve abordar uma determinada área selecionada (espaço delimitado pelo projetista, em função dos fins almejados).

- Para esta área devem ser levantadas as informações disponíveis no IPHAN (registros de sítios);
- Devem ser consultados EIA-RIMAS ali arquivados;
- Deve ser pesquisada a bibliografia existente, seja arqueológica ou das ciências afins e (se pesquisa de caráter histórico) a documentação específica, além da cartográfica e, enfim, as fontes de informação passíveis de estudo.

Em se tratando de prospecção incluída em projetos de salvamento, tais estudos se reduzem à área específica de atuação ou de impacto pelas obras programadas.

Estas observações dizem respeito à área ampla a ser atingida pelas obras ou o espaço que se pretende conhecer seja em seus aspectos iniciais ou se aprofundar o conhecimento. Mas logo que localizado(s) o(s) sítio(s) como as equipes do IAB procedem?

No IAB o tratamento dado ao sítio é indiferente se ele se insere em uma área de pesquisa acadêmica ou de contrato. O que varia são as hipóteses de trabalho a seu respeito: se acadêmica as hipóteses da pesquisa são estabelecidas *a priori*, e se de contrato *a posteriori*. Mas quanto ao tratamento de campo nada muda. Inicialmente é providenciada a limpeza da área, que pode ser feita com roçadeiras manuais ou mecânicas; por enxadas (evitar o arranque de material de superfície junto com o capim) ou por “mona” (retirada da vegetação com as mãos enluvadas, que é o ideal, mas raramente possível).

Em seguida deve ser efetuado um caminhamento, por toda a área, preferencialmente tendo por guia a Ficha de Registro do IPHAN, procurando-se desde logo as respostas para as questões ali contidas.

Observar a paisagem (identificando o tipo de paisagem. Floresta, cerrado, campo aberto, caatinga, área urbana, etc.) E o ambiente, observado o relevo (o sítio está no alto ou no vale? A área é protegida do vento? De que lado ele sopra? tem boa visibilidade do entorno?). Que tipo de solo predomina? E de rochas?

Importantíssimo registrar a questão dos recursos hídricos, indicando a distância da fonte de água e o rio mais próximos e a que bacia hidrográfica pertence.

Descrever a vegetação visível atualmente e se existe algum bioindicador no local (plantas exóticas, animais domésticos?). Observar, em síntese, o meio ambiente do sítio e do seu entorno.

Ainda no caminhamento de superfície demarcar as áreas de concentração do material; aquelas de impactos antropogênicos ou mesmo natural (erosão) e quaisquer outras observações úteis que possam orientar a abordagem superficial. Concluir produzindo uma planta inicial da superfície em papel milimetrado com tais detalhes e definindo inicialmente com o auxílio do GPS a extensão do terreno em que ocorrem as evidências, registrando-as documentalmente.

Estas observações de superfície tanto são guiadas quanto objetivam preencher os quesitos descritivos dos sítios localizados pela prospecção. A topografia, mesmo que não executada por profissional e sim por arqueólogo que se especializou, o que deve registrar?

Ainda durante o caminhamento o pesquisador deve avaliar a extensão da área de dispersão do material, suas concentrações e a extensão em que deixam de aparecer. Em seguida deve tirar medidas formando com elas um polígono do tamanho estimado do sítio. Com um GPS deve estabelecer pelo menos cinco coordenadas em UTM's, uma no que se configura o ponto central das ocorrências e as demais ao seu redor. Para tanto utilizando uma bússola, deve localizar o Norte, marcando-o no papel milimetrado onde esboçou a planta do sítio.

O próximo passo, importante é o de definir o Marco Zero, ou “Datum”, o ponto de referência de todas as medições. Se estiver em uma área ao ar livre, deve escolher um dos pontos da poligonal para colocar o Marco Zero. Se num lugar fechado deve escolher um canto que ofereça a melhor referência para traçar a primeira linha da Setorização.

Topografia e Setorização são sinônimas, então.

Na verdade a topografia é a identificação do sítio que ganha expressão gráfica numa planta, passo básico para a setorização do sítio, para a qual é obrigatório seja identificado o Datum de referência de todas as medidas e identificações de superfície e de profundidade.

A Setorização é, portanto, a divisão do espaço do terreno ocupado pelo sítio, objetivando a localização topográfica de qualquer achado. Correto?

Em sítios pequenos ou de extensão mediana, deve-se estabelecer o marco zero num dos seus limites externos. Nos de grandes dimensões no seu centro. Vamos começar cuidando da setorização mais simples, em sítios pequenos ou medianos. A partir do Marco Zero devem ser estendidas duas linhas em ângulo de 90°, de preferência uma delas em sentido N/S e a outra (se obedecidos os 90° em sentido L/O). Aquela que se mostra mais longa ou menos obstruída será numerada, desde que os números são praticamente infinitos. Aquela em 90° será alfabetada, pois ela só deve ir no máximo de A a Z.

Também na dependência das dimensões do sítio e segundo o projeto da pesquisa, cabe ao arqueólogo principal definir as dimensões que cada setor ou divisão da superfície receberá. Variam muito tais medidas, sendo comum traçá-las de 4m² (2X2 metros) a 25 m² (5X5 metros).

Uma vez decididas tais dimensões as linhas, numerada e alfabetada, serão demarcadas segundo o padrão adotado (de 2 em 2 metros ou de 5 e 5 metros, de acordo com o exemplo). Os setores serão então identificados por uma Letra e um Número: Exemplos: Setor A-Zero; Setor C-6, Setor N-33, etc

Para melhor visualização em campo devem ser colocadas estacas segundo as distâncias estabelecidas para cada setor nas linhas básicas e no entroncamento, ou cruzamento das mesmas, demarcando os setores. Estas estacas ligadas por fios ou barbantes demarcam visualmente os setores, aos quais se pode colocar uma plaqueta identificadora nos ângulos de cruzamento das linhas.

E no caso do sítio possuir tais dimensões em que o terreno exija mais espaço do que aquela coberta pelas letras do alfabeto, pode-se proceder identificando quadrantes ou áreas em que a setorização se repete?

Se a poligonal ultrapassar as 23 letras do alfabeto pode-se atuar de duas formas. Uma mais comum que é a de estabelecer o Marco Zero no centro do terreno e as linhas N/S e L/O cruzarem-no por toda a extensão, dividindo-o em quatro, ou Quadrantes. Estes se configuram então e quadrantes Norte, Sul, Leste e Oeste.

A identificação de cada Setor integrará, então mais uma letra referente ao mesmo, seja N, S, L ou O. Exemplos: Setores NA-Zero; LB-04; OX32, etc.

Outra modalidade, menos utilizada é a de dividir o espaço em áreas isoladas uma das outras, cada uma com seu Datum e sua setorização, neste caso dando uma designação complementar a cada um. Exemplos: “Área X, Setor A-Zero”; “Trecho das Árvores, Setor B-5”, etc. Este sistema, aparentemente mais simples ou fácil, torna-se complicado tanto par a descrição dos trabalhos quanto para a

interpretação dos dados. Mas, como no sistema anterior, sua utilidade depende muito da eficiência da equipe.

O Terreno está Setorizado e a Ficha de Cadastro preliminarmente preenchida. Como se procede aos trabalhos de campo?

Inicia-se abordagem de campo, usando a planta de superfície elaborada na fase de caminhamento sobre a qual se colocou a malha de setorização do terreno.

Em se tratando de uma abordagem extensiva (a prospecção), são efetuadas sondagens em pontos diferenciados do terreno já setorizado ou quadriculado, objetivando fornecer uma idéia tanto da dispersão do material sobre o terreno, quanto à profundidade do refugo estratigráfico.

As sondagens podem ser aleatórias ou em malha, efetuadas com "boca de lobo", trados ou escavando-se setores com um metro quadrado (Cortes Estratigráficos), sempre se observando as características estratigráficas e se marcando a profundidade de cada ocorrência de material;

Uma variável é aquela de se abrir sondagens alongadas, trincheiras ou transsectores, com os mesmos cuidados acima recomendados. A profundidade terminal deve ser aquela em que cessem as ocorrências de material.

Cada acervo deve ser identificado também na abordagem extensiva em relação ao setor escavado, ao número dado à sondagem (caso exista) e à profundidade de cada coleta de cada sondagem. O material coletado inclusive de superfície, deve ser colocado em sacos segundo a profundidade, agrupado em um saco maior segundo a sondagem, com uma etiqueta identificadora interna e outra externa. Sempre se lembrando que sem coleta de material diagnóstico não se pode registrar um sítio (ou mesmo uma ocorrência) e muito menos caracterizar um local de importância arqueológica.

Uma vez concluídos estes trabalhos, pode-se considerar a Prospecção como efetivada?

A prospecção tem por objetivo fornecer uma visão extensiva do sítio, seja para fins acadêmicos, seja de salvamento. É a modalidade chamada de "americana", sobretudo objetivando o conhecimento inicial de uma área não ou pouco conhecida, conformando um quadro amplo, caracterizando seus componentes arqueológicos de forma a orientar o planejamento posterior, aprofundado dessa mesma região, através de escavações intensivas. Uma vez atingidos aqueles objetivos, o material coletado encaminhado ao Laboratório, analisado e tendo sido interpretado, pode constituir ou construir os dados orientadores para a abordagem mais profunda ou intensiva, que caracteriza a escavação arqueológica – este é o Diagnóstico.

A palavra escavação pode ser entendida de duas maneiras. Simplesmente como o ato de escavar, em qualquer situação ou como uma modalidade de abordagem. Isto não causa certa confusão? O termo não seria assim, algo a ser mais bem definido?

De fato esta confusão ocorre, mas é a colocação da palavra no texto ou na frase que determina a qual dos dois significados se refere se ao verbo ou ao tipo de abordagem arqueológica. Por isso ser comum a referência à “abordagem extensiva” ou “intensiva”, pois em qualquer uma para se fazer arqueologia é necessário “escavar”. Não há como, na verdade frente à tradição do emprego do termo e à falta de reuniões realmente importantes que reúna um número significativo e influente de pesquisadores alterar-se este estado de coisa. Aliás, não há mesmo necessidade disso, ainda que a questão exista e seja importante.

Como, então, pode ser sintetizada a Escavação Arqueológica segundo as perspectivas desenvolvidas pelo IAB há mais de meio século?

Procurando sintetizar ao máximo esta questão. A escavação deve ser praticada em sítios já adrede caracterizados pelas prospecções, desde que possível. Mas pode constituir também a meta da pesquisa em sítios não conhecidos e/ou não abordados anteriormente, principalmente na pesquisa acadêmica. Na arqueologia de resgate ou salvamento na dependência da importância do sítio recomenda-se seja o mesmo abordado intensivamente, isto é escavado em profundidade. Neste caso costuma-se denominá-la como visão francesa da arqueologia.

Por outro lado, nada impede que a partir da escavação de um determinado sítio se proceda a prospecção da sua vizinhança, encaixe natural, vale fluvial, etc.

Todo o procedimento recomendado para a prospecção deve ser praticado na escavação intensiva, sobretudo em sítios não prospectados anteriormente.

Mesmo nestes, no entanto, exceto na questão da setorização, (que deve ser mantida sem alterações aquela mesma usada na prospecção, para permitir comparações) todo o procedimento se repete em ambas as modalidades de abordagem.

Deve ser definido o setor, ou conjunto de setores a serem abordados; identificados por estacas, fichas ou etiquetas visíveis, demarcados por cordões ou faixas, sendo que a superfície de cada um ou do conjunto deve ser limpa, e o material coletado devidamente identificado em cada setor, podendo ser mantidas muretas entre setores vizinhos que facilitem a observação da estratigrafia.

A escavação pode ser praticada em níveis artificiais (de 10 centímetros de espessura normalmente, mas de menores dimensões em cavernas, por exemplo), Mas pode-se também escavar por camada natural, a "decapagem", segundo o parecer do especialista e de acordo com as características da deposição natural ou cultural observada quando da retirada do sedimento.

No IAB, e a prática já cobre mais de meio século adotou-se o método de escavar por níveis artificiais acoplados à estratigrafia natural, sempre que possível. Trata-se, no entanto, de um método que exige refinamento nas observações e experiência do arqueólogo.

A estratigrafia, um dos métodos clássicos da arqueologia, inclusive devido à antigas experiências dos geólogos e hoje considerada quase que um

paradigma arqueológico, apresenta diferenciações quanto a origem. O senhor pode falar um pouco a este respeito?

A estratigrafia tanto pode ser “natural” quando ocorre no sítio pela superposição de camadas de terra, detritos, sedimentos, etc, trazidos pelo vento, pelas águas, pela vegetação e até mesmo pelo homem de forma involuntária. Comum ocorrer em sítios ocupados diversas vezes, pelo mesmo grupo ou por grupos diferenciados.

Mas pode ser também cultural, quando acontece de forma intencional pelo homem, ao construir alguma estrutura sobre outra mais antiga e ocupando pontos similares no espaço. Tanto pode ser produzida por elementos “geológicos” como aqueles descritos, quanto culturais, como elementos arquitetônicos, por exemplo. Se o primeiro tipo é mais comum nos sítios pré-históricos, embora existam os do segundo tipo, na arqueologia histórica se dá o caso inverso. Nesta, estratigrafias culturais são mais comuns do que as naturais. Alguns a denominam como “estratificações”.

E quanto ao restante dos trabalhos, como se procede?

Todo processo de coleta de material, de documentação, embalagem e guarda se assemelha ao da prospecção; como naquela existem fichas próprias para registro da estratigrafia; do material coletado; das ocorrências, especialmente das estruturas (arquitetônicas, habitacionais, cerimoniais, de produção, de cocção, de aquecimento ou de qualquer outro fim preservadas no sítio).

Da mesma forma devem ser registradas em fotos e desenhos todas as ocorrências e, igualmente, deve ser mantido pelo arqueólogo responsável um caderno, caderneta, net ou not-book's, onde registra todas as suas observações, impressões, características naturais ou culturais de cada camada e do seu conjunto estratigráfico; distribuição do acervo, dos conjuntos, dos tipos e variáveis de estruturas, etc.

O registro do material é idêntico ao da prospecção, assim como sua embalagem e cuidados necessários para sua conservação.

Amostras complementares devem ser coletadas, em especial de carvões (sempre que ocorrerem) em níveis, camadas ou setores diferenciados, assim como aqueles associados às estruturas. Além delas deve-se proceder à coleta de micro-amostras técnicas, culturais ou de alimentação pelo sistema da flutuação; à preservação de sedimentos para análise paninológicas (de pólen) ou geológicas e de amostras para outros fins.

Deve-se cuidar ou quantificar elementos muito comuns, incluindo restos de alimentação como conchas; ou restos arquitetônicos como telhas, seja através de volumes, pesos ou qualquer outra medida passível de comparação e jamais descartá-los sem estes cuidados. É fundamental nunca esquecer que a escavação é uma destruição conduzida tecnicamente e que não é possível o retorno à situação anterior à escavação. O arqueólogo é um produtor de documentos primários.

A ficha de Registro do Sítio no IPHAN deve ser completada agora frente às observações resultantes das abordagens de campo.

Finalmente o acervo coletado deve ser embalado cuidadosamente e segundo suas especificidades, sobretudo sendo considerada sua fragilidade, situação material, grau de resistência e umidade, de forma a chegar da melhor forma possível ao laboratório. Sempre se prestando atenção quanto à sua identificação de forma que é sempre recomendável uma última verificação antes da sua remessa para guarda.

E quanto ao Monitoramento, uma modalidade de trabalho que vem ganhando realce nos últimos anos, em especial em relação à Arqueologia de Resgate, como se manifesta a experiência institucional?

O monitoramento se desenvolveu em especial a partir das portarias do IPHAN que regulamentaram a arqueologia de resgate ou salvamento. Normalmente se trata de acompanhar os trabalhos das firmas ou empreiteiras que atuam no campo efetivando os variados tipos de obras, após o término dos trabalhos de localização, prospecção e salvamento dos sítios.

Mas é comum, igualmente, que ao serem efetivados tais monitoramentos, mesmo em áreas já prospectadas, surjam novos sítios. Neste caso tais obras são paralisadas e os mesmos sítios resgatados, seja através de prospecções intensivas, sejam através de escavações amplas, para posterior liberação da área pelo IPHAN (único que pode legalmente liberar áreas ocupadas por sítios arqueológicos, mesmo resgatados).

Frente à urgência de alguns empreendimentos, ou à necessidade de liberação em áreas de grande impacto social ou econômico, vem se tornando usual, no entanto, que o monitoramento seja efetivado ao mesmo tempo em que as obras, sem qualquer tipo de pesquisa anterior, o que geralmente é danoso para o sítio arqueológico que por azar esteja “no caminho” da máquina. Mas seja qual for o tipo de monitoramento em questão no IAB ele deve ser desenvolvido obedecendo a algumas regras básicas.

O monitor deve possuir conhecimento acurado do material arqueológico passível de ser encontrado na área atingida e toda a extensão das obras, sem exceção, tem que ser acompanhada diretamente pelo arqueólogo monitor.

Deve ter sido desde o início acertado com os empreiteiros que qualquer descoberta efetuada pelo arqueólogo monitor e sob seu comando toda a obra deve ser paralisada para que se processe o resgate. No caso de desobediência dessa regra, com a não paralisação da obra (sofrendo ou não algum tipo de prejuízo o bem localizado) o IPHAN deve ser imediatamente comunicado para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

E, logo que descoberto o bem cultural de qualquer tipo, o resgate deve ser praticado com os mesmos cuidados (metodológicos e de documentação) que orientam a pesquisa arqueológica em seu complexo operacional.

Agradecendo suas informações gostaria de continuarmos estes depoimentos em breve, tanto dando continuidade ao histórico do Instituto de

Arqueologia Brasileira quanto às demais etapas da pesquisa arqueológica, desde que sabemos da importância desse conhecimento acumulado após tantos anos de prática, de pesquisa e de ensino em arqueologia brasileira. Muito obrigado prof. Ondemar Dias e até breve.